
A crise da dominação burguesa no Brasil: como a Polop interpretou os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)

The crisis of bourgeois domination in Brazil: How Polop interpreted Jânio Quadros and João Goulart governments (1961-1964)

Resumo

Nascida em 1961 e se opondo à leitura produzida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) sobre a realidade nacional, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO ou Polop) apresentou uma estratégia política alternativa aos pecebistas na época. No que pese o reconhecimento que a literatura especializada já vem manifestando sobre o seu papel inovador, a história da Polop continua pouco estudada. Este artigo pretende cobrir parte desta lacuna, demonstrando qual foi a interpretação que a organização produziu sobre os governos Jânio Quadros e João Goulart e a grave crise política que antecedeu o golpe de 1964.

Palavras-chaves: Polop; Comunistas; Brasil.

Abstract

Born in 1961 and opposing the reading produced by the Communist Party of Brazil (PCB) about the national reality, the Marxist Revolutionary Organization - Worker Policy (ORM-PO or Polop) presented an alternative political strategy to the pecebistas at the time. Despite the recognition that the specialized literature has already been expressing about its innovative role, the history of Polop remains little studied. This article intends to cover part of this gap, demonstrating the interpretation that the organization produced about Jânio Quadros and João Goulart governments and the serious political crisis that preceded the 1964 coup.

Keywords: Polop; Communists; Brazil.

Lineker Oliveira

Noberto da Silva

Universidade do Estado da Bahia; Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail:

lineker.noberto@yahoo.com.br

Introdução

Nascida em janeiro de 1961, ao se opor ao diagnóstico feito pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)¹ sobre a realidade brasileira, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO ou Polop), representou uma considerável renovação no campo marxista nacional. Por compreender que o Brasil já era um país plenamente capitalista e, por isso, não precisava de uma etapa democrática-nacional, na qual ainda apostava o Partido Comunista, a Polop defendia que qualquer futura revolução deveria ser imediatamente socialista, posicionando-se, assim, contrária a qualquer aliança estratégica nacional-burguesa, propulsora da ideia de superação de etapas necessárias até a revolução socialista.

A oposição à hegemonia do PCB no campo comunista nacional rendeu para a Polop frutos, e a literatura especializada já vem reconhecendo seu papel inovador (Cf. Mattos, 2002; Noberto, 2021). No entanto, a historiografia permanece dando maior atenção ao Partido Comunista. Abundam-se artigos dedicados à participação do PCB no período pré-golpe, a atividade das outras organizações comunistas neste período, como a Polop, ainda necessita de maior entendimento. Este artigo pretende cobrir parte desta lacuna.

1 Polop, uma nova leitura da realidade brasileira

Para compreendermos a leitura que a Polop fez dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) será necessário entendermos a interpretação original que a organização fazia do processo de desenvolvimento capitalista nacional. Tanto o PCB quanto a Polop, reconheciam que, apesar do considerável desenvolvimento socioeconômico pelo qual vinha passando desde a década de 1930, o Brasil ainda não havia superado a situação de país subdesenvolvido. Para esta evidente condição, porém, apresentavam explicações distintas.

Para o Partido Comunista, a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de

¹A partir de 1961, Partido Comunista Brasileiro.

capital, e a estrutura agrária baseada predominantemente no monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários, que servia de base às formas pré-capitalistas de exploração, deformavam o desenvolvimento econômico nacional obstaculizando o progresso das relações de produção capitalistas no país.

Se a conservação de estruturas pré-capitalistas de produção e a manutenção da dependência ao imperialismo bloqueava as possibilidades históricas de que o desenvolvimento capitalista nacional assumisse um curso independente, o próprio desenvolvimento econômico em marcha, ainda adaptado à dependência imperialista e à conservação do monopólio da terra, agravava as contradições fundamentais da sociedade brasileira. Sem condições de superá-las em um quadro de dependência com relação ao imperialismo e à conservação da estrutura latifundiária, um outro curso de desenvolvimento possível correspondente aos interesses nacionais e populares era reclamado pelas necessidades objetivas da estrutura socioeconômica do país.

Aliados na tentativa de manter as condições de subdesenvolvimento do Brasil, os interesses permanentes dos latifundiários e do imperialismo se contrapunham à expansão das forças produtivas. Interessada nesta expansão se encontrava, porém, a chamada “burguesia nacional”. Ou seja, a grande maioria da burguesia brasileira, que “em virtude de seus próprios interesses de classe, era levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representava obstáculo à expansão dos seus negócios”. Assumindo uma posição socialmente contraditória, esta burguesia possuía um duplo caráter. Em consequência de sua própria natureza de classe e debilidade econômica e política, procurava defender seus interesses mediante acordos e concessões ao imperialismo, ao mesmo tempo em que, pertencendo a uma nação explorada pelo imperialismo, “encerrava um potencial revolucionário”. “A fim de enfrentar o imperialismo, necessitava apoiar-se nas massas e podia, em certa medida, estimular a ação dos movimentos sociais. Temerosa, porém, de que a luta independente do proletariado” ameaçasse os seus próprios interesses de classe dominante, “procurava restringir o movimento de massas, mantendo-os restritos aos limites convenientes aos seus objetivos”. Parte considerável da burguesia brasileira, era, assim, “uma força anti-imperialista inconsequente”. Ao mesmo tempo em que era capaz de enfrentar o imperialismo vacilava e tendia aos compromissos com o inimigo da nação”. Neste cenário, para o PCB apenas um setor minoritário da burguesia tinha

“seus interesses entrelaçados com os dos grupos imperialistas na indústria, nos bancos e nos comércios de importação e exportação”, constituindo-se como o “apoio social interno da dominação imperialista”, o restante era aliado da pequena burguesia urbana, do movimento operário e as massas camponesas na revolução democrático-burguesa em marcha no país, fazendo necessária a luta comunista, devido a sua condição de etapa anterior à almejada revolução socialista (Resolução política do V Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil, 1960).

Assim, naquela quadra histórica, um desenvolvimento capitalista independente tornava-se não apenas possível, como almejado por toda nação brasileira que não estivesse associada diretamente ao imperialismo e ao latifúndio. Era para evitar que o desenvolvimento econômico continuasse a ocorrer mediante “o prejuízo dos verdadeiros interesses nacionais e até da independência do nosso país”, que se tornava necessário o estabelecimento de um governo que levasse “à prática uma firme política nacionalista e democrática” (Jornal Novos Rumos, n. 51, 1960). O comprometimento com esta possibilidade histórica de um desenvolvimento independente levou o PCB a apoiar a candidatura derrotada do marechal Henrique Texeira Lott na eleição presidencial de 1960 e a aproximar-se criticamente do governo João Goulart. Explicando o que significava exatamente esta alternativa burguesa, o partido afirmava:

Desenvolvimento independente é aquele que leva ao progresso material do país sem que se acentue a sua subordinação em relação aos monopólios estrangeiros, mas, ao contrário, leve à nossa emancipação econômica e política em face do imperialismo e, como decorrência disto, à ascensão [sic] do nível de vida do povo brasileiro. O desenvolvimento econômico independente é o defendido pelas forças nacionalistas e por todos os patriotas, contra o desenvolvimento *dependente*, defendido pelos entreguistas e levado à prática, em grande medida, pelo atual Governo (Jornal Novos Rumos, n. 53, 1960, p. 9).

Desta forma, partindo de uma perspectiva dual, o PCB defendia a possibilidade histórica de existência de dois projetos de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Um desenvolvimento dependente e subordinado ao imperialismo, que pretendia uma abertura ainda maior da economia nacional às empresas estrangeiras sem alterações substanciais à estrutura política e social existente; e um outro nacional autônomo, que por meio de mudanças nas estruturas política, econômica e social atrasadas do país, garantissem a independência frente ao predomínio das grandes potências

estrangeiras. Ambos os projetos correspondiam a bases sociais de relevante interferência política na própria composição do Estado brasileiro. Representante dos interesses dos latifundiários e dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro, mas também da burguesia ligada aos interesses nacionais, o Estado brasileiro possuía um caráter heterogêneo, expondo, em seu seio, contradições que deveriam ser aproveitadas pela atuação política dos comunistas.

A Polop, no entanto, operava uma leitura completamente distinta. Em sua perspectiva, a chamada “burguesia nacional” – suposta aliada em uma revolução democrático-burguesa – não mantinha uma oposição sistêmica ao imperialismo. Associada – em uma relação de dependência – e não inimiga, do imperialismo e do latifúndio, a burguesia conduzia o processo de desenvolvimento capitalista no país em aliança com estes. Os conflitos existentes entre setores nacionais e estrangeiros significavam apenas os atritos comuns da luta por mercado. Atrasados em relação à corrida industrializada desencadeada pelo centro capitalista europeu e estadunidense ainda no século XIX, o desenvolvimento econômico de países como o Brasil havia ocorrido quando a economia capitalista internacional já se encontrava em sua fase monopolista, fazendo com que as formas de dominação do capital estrangeiro constituíssem a essência do próprio desenvolvimento nacional. Neste sentido, aos olhos da Polop, a independência a esta estrutura produtiva, ainda dentro dos limites impostos pela sociabilidade do capital, sempre esteve fora de cogitação.

Conduzido essencialmente pelos instrumentos de Estado, devido à debilidade histórica da “burguesia nacional”, o desenvolvimento industrial brasileiro era financiado pelas concessões e grandes vantagens econômicas oferecidas às empresas estrangeiras e nacionais, e pela presença estatal responsável pelo custeio de parte do ônus da produção e da contenção dos prejuízos produzidos pelas crises capitalistas. Impulsionados por tal auxílio, os índices de crescimento econômico obtidos pelo país à época atingiram números superiores aos do desenvolvimento do capitalismo internacional, apontando para uma constante e audaciosa ampliação da produção industrial.

O próprio desenvolvimento capitalista brasileiro levava a burguesia industrial nacional, “principal promotora e beneficiária consciente deste processo”, a intensificar a associação que já possuía desde o início do projeto de industrialização com o latifúndio e a burguesia estrangeira, representante do sistema imperialista (Santos

Júnior, 1961, p. 80-81). Pois, atrasada em seu desenvolvimento, a burguesia brasileira, sem capital próprio para se autofinanciar e implementar seu projeto industrializante, recorria tanto ao capital estrangeiro quanto aos setores produtivos internos, que possuíam capacidade de investimento, a saber, os grandes latifundiários.

Externamente, se desenrolava uma nova fase do imperialismo marcada pela expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto nos países com pretensões e condições de desenvolvimento, promovendo a exportação crescente de capitais para a indústria destas economias periféricas. Sendo assim, valendo-se de um novo momento do desenvolvimento capitalista mundial, países como o Brasil, com capacidade de oferecer um vasto contingente de mão de obra barata, atraíam o interesse das grandes empresas multinacionais.

[...] devido à formação de grandes monopólios e ao desenvolvimento desigual dos distintos setores da produção nos países imperialistas se produz a acumulação de um “excesso” de capital que não encontra ocupação lucrativa no mercado interno. Este “excesso” de capital é exportado aos países atrasados, onde os salários baixos e os preços relativamente baixos da terra asseguram grandes benefícios que compensam a tendência decrescente deles na metrópole. Ademais, atrás da exportação de capitais esconde-se a exportação de mercadorias, já que as empresas instaladas de propriedade dos monopólios trabalham com maquinarias, matérias primas e combustíveis que importam do país de origem. Assim mesmo, através de vinculações econômicas e políticas, os monopólios controlam os comércios interior e exterior (Jornal Política Operária, nº 1, 1962).

A parceria com o capital estrangeiro advinha de meios institucionais já antes estabelecidos, como a controvertida instrução 113 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), que instituída no governo de transição de Café Filho, “permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais segundo uma classificação prioritária dada pelo governo”. Conservado esse dispositivo no período Kubitschek, ele “obrigaria os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros, abrindo para estes uma ampla gama de facilidades” (Maranhão, 1985, p. 53-54).

A aliança indissociável da burguesia industrial nacional com o imperialismo ficava evidente em um exame rápido sobre as maiores empresas no país. Segundo Moniz Bandeira, membro fundador da Polop, das 66 maiores empresas funcionando no Brasil, apenas 34 estavam sob controle de brasileiros, sendo que 32 encontravam-

se sob comando direto do imperialismo. O que não queria dizer que estas 34 empresas dirigidas por brasileiros não estivessem também “ligadas ao capital imperialista”, fazia questão de salientar (Bandeira, 1979, p. 103-104). No setor elétrico, o capital estrangeiro chegava a participar com 60% do capital investido. Por isso, para a Polop, a “burguesia nacional” era “[...] essencialmente cosmopolita e jamais se desvinculará de seu maior aliado – o imperialismo norte-americano” (O que é Política Operária, 1963, p. 4). O que permitia a conclusão de Bandeira de que:

A contradição fundamental do capitalismo brasileiro não é com o imperialismo, é com o próprio capitalismo brasileiro, no qual o imperialismo está integrado. É a contradição entre a socialização do trabalho e o caráter privado da apropriação capitalista. É a contradição entre os milhares de assalariados, que produzem a riqueza material do país, e a meia dúzia de patrões, que dela se beneficiam (Bandeira, 1979, p. 104).

Nestes termos, Bandeira repunha o conflito entre capital e trabalho como contradição fundamental da realidade brasileira, divergindo explicitamente da interpretação pecebista da época, que a definia como sendo a contradição entre a emancipação nacional e o imperialismo. Em condições de dependência, a chamada “burguesia nacional” não possuía um potencial revolucionário, e a ruptura com o imperialismo passava, necessariamente, pela luta anticapitalista.

O crescimento industrial brasileiro promovido pelos projetos de desenvolvimento nacionalista tampouco questionava a existência do latifúndio e das condições “pré-capitalistas” de produção e exploração da força de trabalho no campo, já que eram justamente tais condições “arcaicas” que acabavam por permitir a drenagem de mão de obra barata para os centros urbanos e a diminuição do custo de reprodução desta força de trabalho a ser usada na produção industrial, condições essenciais para o processo de industrialização. Era sobre os ombros dos trabalhadores rurais que recaía a dupla exploração necessária para o processo de aprofundamento capitalista no país.

Desta forma, distanciando-se das análises pecebistas sobre o capitalismo brasileiro da época, a Polop defendia que a industrialização nacional fora financiada, e, portanto, possibilitada, pela entrada de capitais estrangeiros, e de capitais internos oriundos das divisas produzidas pelos latifúndios. E, assim sendo, o processo de desenvolvimento capitalista no país encontrava-se, desde seu nascedouro, atrelado à

estrutura latifundiária e ao imperialismo. Os mesmos que também se apresentavam, contraditoriamente, como os principais obstáculos para a continuidade do seu desenvolvimento, devido há conjunturais conflitos de interesses econômicos, parcialmente antagônicos, condicionados pelas disputas de mercado.

Mantendo a aliança com o imperialismo e não rompendo com o latifúndio, o desenvolvimento promovido pela burguesia brasileira não apenas havia conservado a dependência a estes dois parceiros, como a agravava. Como aponta Theotônio dos Santos, outro membro fundador da Polop, a ausência de poupança interna que obrigou a “burguesia nacional” a recorrer ao capital estrangeiro, gerando a associação com o imperialismo, determinou as contradições inerentes do desenvolvimento nacional.

A primeira delas era a exportação dos lucros aqui obtidos em quantidade maior do que o capital enviado, o que implicava em uma sangria da economia nacional. A segunda, na mesma medida em que a burguesia nacional se afirmava economicamente, se tornava mais dependente das grandes burguesias internacionais. Estávamos e estamos diante da constrangedora realidade de que, para mantermos o desenvolvimento capitalista, temos que recorrer ao capital internacional que nos descapitaliza e submete (Santos Júnior, 1961, p. 81).

Como praticamente todo o progresso econômico alardeado pelo projeto nacional-desenvolvimentista era lastreado nas inversões de capital e empréstimos, ficava patente que quanto mais desenvolvimento nacional se almejava e se obtinha, mais a dependência ao imperialismo se intensificava. Além de cair na malha do imperialismo – pelas necessidades de capital, de financiamentos, de empréstimos e de importação de novas técnicas –, a dependência se assentava também no latifúndio, tanto pela manutenção do financiamento estatal garantido pelo equilíbrio da balança de pagamentos alcançado pelas exportações dos produtos agrícolas, quanto pelas condições de trabalho, que permitia que a dupla exploração que recaía sobre o camponês garantisse o aumento da exploração do operariado – por meio da diminuição do valor da força de trabalho, devido à redução do custo de vida nas cidades, determinado pelo baixo preço dos produtos agrícolas alcançados por esta “superexploração”² sobre o trabalhador rural – assegurando as taxas de lucros da burguesia industrial.

²O conceito de “superexploração” não era usado pela ORM-PO, mesmo que as suas propriedades gerais já estivessem, em alguma medida, delineadas. O conceito é forjado ao fim da década por Ruy Mauro

Nestas condições, a superação das contradições inerentes ao desenvolvimento peculiar do capitalismo brasileiro não passava por uma tática “nacional-democrática”. As reformas estruturais anti-imperialistas e anti-feudais³, necessárias para o seu desenlace, não podiam ser realizadas pela chamada “burguesia nacional”, mas apenas pela aliança dos movimentos operário e camponês. Pois, tendo se originado e sido conduzido por meio de um processo de desenvolvimento dependente afeiçoado pela associação com o imperialismo e o latifúndio, o capitalismo brasileiro comandado pela burguesia não podia ir até as últimas consequências para operar a ruptura necessária contra as estruturas que o mantinham em dependência. Como indicava Theotônio dos Santos, a chamada “burguesia nacional” não podia “destruir o imperialismo e o latifundiário porque são seus aliados e porque liquidá-los seria extinguir a si mesma, pois a eles está intimamente associada” (Júnior, 1964, p. 6). O enfrentamento dos povos oprimidos e as experiências revolucionárias no século XX demonstravam que a luta anti-imperialista estava indissoluvelmente ligada “à abolição de todo o sistema de exploração capitalista” (Bandeira, 1979, p. 90). Assim, não restavam dúvidas, a revolução anti-imperialista deveria ser necessariamente socialista.

Levando tudo isso em consideração, para a Polop, a crise brasileira que se avizinhava ao fim do quinquênio industrializador de JK não era produto da falta de desenvolvimento, mas resultado do próprio processo de desenvolvimento dependente e associado do capitalismo nacional. A impossibilidade congênita da burguesia em realizar as necessárias reformas estruturais faziam com que a década de 1960 se iniciasse sob um crescente processo inflacionário, que preocupava e começava a ameaçar o crescimento, inibindo as taxas de investimento e provocando o aumento do custo de vida. O esgotamento do Plano de Metas esgarçava a aliança partidária e militar, que garantiram a estabilidade do regime político no governo Kubitschek; e que derrotada eleitoralmente pelo fenômeno populista Jânio Quadros, seria profundamente abalada pelos desdobramentos dos governos subsequentes.

Marini, quando este, já no exílio, e fora da Polop, dedica-se a aprofundar-se nos estudos sobre a condição de dependência do capitalismo latino-americano.

³Os textos da ORM-PO ainda apresentavam esta terminologia. A tese sobre a inexistência do feudalismo brasileiro partiu de um artigo de Andre Gunder Frank, colega, à época, de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, na Universidade de Brasileira (UnB). A negação em mencionar a existência de certos “restos feudais”, quando se falava das relações pré-capitalistas de produção ainda presentes na realidade nacional, é finalmente assimilada pela Polop somente a partir de 1964. Para mais informações, cf. NOBERTO, 2021.

2 O governo Quadros e o seu fim expõem “os pés de barro do regime burguês”

Para a Polop, a acachapante vitória de Jânio Quadros na eleição presidencial de 1960 só podia ser compreendida dentro do cenário de crise econômica estrutural promovida pelas contradições inerentes à própria política de desenvolvimento nacional. Buscando contribuir para o “estudo das condições sociais, econômicas e políticas que permitiram a eleição” do ex-governador paulista, um artigo publicado na revista *Brasiliense*, de autoria do militante polopista Theotônio dos Santos, defendeu que a burguesia brasileira – “Para fazer triunfar os seus objetivos no seio do povo” – buscou apresentar, durante o debate público, estas contradições inerentes do desenvolvimento como meros “desequilíbrios” a serem ajustados mediante algumas mudanças. Para tanto, procurou “uma figura popular que soubesse canalizar para si todo o descontentamento popular que o desenvolvimento em função deste mesmo grupo provocara”, oferecendo-o como o agente das mudanças a serem realizadas (Santos Júnior, 1961, p. 79 e 84). Camuflando, assim, os verdadeiros motivos que provocavam tal situação, a burguesia brasileira havia encontrado o seu candidato ideal durante o processo eleitoral.

Jânio Quadros afirmava ter a “solução para todos os problemas brasileiros”: uma mudança de governo que permitisse “a moralização do serviço público e a eliminação das negociatas” (Santos Júnior, 1961, p. 88). Desta forma, aproveitando-se do drama nacional, tornou-se o candidato ideal da alta burguesia brasileira e seus parceiros imperialistas, que ao sustentarem uma ampla e cara campanha eleitoral, o elegeram presidente do país. “Jânio não passava de um desses políticos eleitos a quem a classe dominante entregava a administração de seus negócios” (Jornal Política Operária, nº 1, p. 8), afirmou o jornal *Política Operária*, em sua primeira edição, ao analisar os seus 204 dias de governo.

Diante do prelúdio de uma crise econômica de grandes proporções, a burguesia havia optado por uma mudança de rota na política econômica, substituindo a “política inflacionista” que havia orientado todo o crescimento nacional das últimas duas décadas, para apostar nos rumos prometidos por uma política deflacionária, que buscava retomar a taxa média de lucro em declínio da burguesia, refazendo o caminho

do desenvolvimento, para evitar os distúrbios sociais já crescentes devido à deterioração do nível de vida da população. Segundo a Polop, a crise, contudo, se alimentava das condições específicas do mercado internacional, como a queda dos preços de matérias primas e a superprodução de quase todos os produtos agrícolas, que provocavam grande impacto na balança comercial brasileira. Buscando cortar despesas, consideradas pela burguesia como “supérfluas”, a política deflacionária também atendia às exigências do FMI, o que coadunava com as necessidades da política nacional-desenvolvimentista de acessar os investimentos externos.

A Polop não via, porém, uma ruptura entre as gestões Kubitschek e Quadros, como queriam crer os pecebistas e nacionalistas de esquerda, mas, sim, uma continuidade a ser elaborada sob os novos métodos impostos pelas novas condições conjunturais. Tratando-se, portanto, de diferenças normais de fases distintas do mesmo projeto de desenvolvimento. Tais mudanças de condução do processo de desenvolvimento capitalista haviam subsidiado, por exemplo, uma reorientação na política externa, que era ingenuamente saudada por grupos de esquerda que não percebiam seus fundamentos e sentido. Para a Polop, a chamada reformulação da política externa buscava cumprir as exigências dos novos tempos. A burguesia brasileira buscava, desesperadamente, por novos mercados e, por isso, não só anunciava interesse em restabelecer relações com a URSS e os países comunistas, como finalmente “descobria” a África, ou seja, países que em processo franco de descolonização começavam a se livrar das barreiras protecionistas coloniais (Boletim nº 1, março de 1961, p. 4). Além desse lado econômico prático, evidenciavam-se exigências político-estratégicas, de requisitar dos EUA e parceiros históricos, por meio de um jogo de pressões e concessões, o atendimento de reivindicações específicas e a ampliação do auxílio econômico. Algo que já vinha sendo ensaiado no governo JK, quando o presidente brasileiro, por exemplo, valendo-se da revolução cubana e das manifestações contrárias à visita do vice-presidente estadunidense, Richard Nixon, a América do Sul, buscou convencer os EUA de uma nova política de assistência e auxílio financeiro a América latina como estratégia para amenizar as condições sociais que ameaçavam o continente com revoluções comunistas. Assim, as burguesias latino-americanas mantinham uma posição ambígua com a revolução cubana. Por um lado, ela representava o medo da convulsão social, por outro, servia

para aumentar o seu poder de barganha nas negociações com os Estados Unidos. Fazia parte desta estratégia a recusa da diplomacia brasileira, as pressões estadunidenses por uma intervenção mais direta na recém-revolucionada ilha cubana. A Política Externa Independente assumida pelo novo governo, sob condução do chanceler udenista Afonso Arinos, era a demonstração de que o estágio de desenvolvimento brasileiro já não podia mais se contentar apenas com as migalhas.

Diante dessa análise, a ORM-PO definia o seu papel como o de oposição intransigente aquele que era, conscientemente, o governo “mais burguês que o Brasil já teve” (Boletim nº 1, março de 1961, p. 1). Contudo, buscava denunciar o caráter de classe de todo o regime, e não apenas do novo governo eleito após vitória contundente sobre as forças nacionalistas de esquerda e o candidato apoiado pelos comunistas do PCB, pois, não se poderia esquecer que “a causa da derrota da Velha Esquerda havia sido a sua completa incapacidade de compreender e julgar a situação política” (Idem).

No dia 24 de agosto de 1961 vem à tona, no entanto, a carta de renúncia bombástica que deu fim ao governo. A sua primeira interpretação coube a Moniz Bandeira (1979), com a brasa ainda quente dos acontecimentos nas mãos, analisar a inesperada renúncia do presidente, oferecendo a tese que se tornou dominante para a explicação deste relevante evento histórico.

Tendo que lidar com a deterioração da relação com os grupos mais reacionários que formavam parte importante de sua base, por suas medidas de política externa e retórica perigosamente demagógica, e perdendo a adesão popular que havia conquistado durante o pleito eleitoral – devido à incapacidade de sua política econômica de retomar o crescimento e combater a espiral inflacionária, além da demora das reformas estruturais que prometera –, Jânio Quadros, vendo esvair o apoio que lhe deu a maior votação já obtida por um candidato à presidência, “resolveu criar um clima propício a suas pretensões personalistas” (Boletim interno SP, 1961).

Ainda sob a nebulosidade da confusão promovida pelo ato de renúncia, Bandeira – contra as primeiras impressões de alguns sujeitos que afirmavam ser Jânio mais uma vítima de um golpe perpetrado pelos EUA, devido aos desdobramentos de sua política externa independente – defendeu a tese, largamente aceita hoje em dia, mas inovadora à época, de que com o ato de renúncia, o presidente

buscava promover um “golpe bonapartista” que objetivava aumentar os seus poderes administrativos.

Apesar do desagravo que a política externa empreendida pelo governo brasileiro causava a Washington, as suas orientações econômica e financeira seguiam a cartilha do FMI, e os dados de investimento econômico dos EUA no Brasil demonstravam que a administração Kennedy mantinha considerável confiança no governo liderado por Jânio. Assim, Bandeira orientou a sua análise para outro rumo. Com uma política personalista e independente dos partidos e apadrinhamentos políticos, o presidente havia se afastado de aliados importantes, como Carlos Lacerda, e, sem fazer segredo de que ansiava por reformas da “Constituição, que considerava estreita demais para os seus movimentos”, pretendia angariar mais poder governamental (Bandeira, 1979, p. 135). Aos poucos, a sua condução política tornou-se cada vez mais truncada, e os seus gestos ganharam mais agressividade. Já que não haviam ocorrido eleições parlamentares no mesmo período, queixava-se de que o congresso não havia acompanhado as mudanças promovidas na sua eleição, mantendo-se “conservador”. De tempos em tempos, pedia à Câmara mais “instrumentos” para governar, ameaçando jogá-la contra a opinião pública. Cansado dos entraves político-institucionais que consumiam a sua popularidade inicial, Jânio partiu para o tudo ou nada, em uma manobra arriscada, rabiscou, assinou e entregou uma carta de renúncia. Suas intenções? Segundo a análise de Bandeira: abandonar temporariamente a presidência da República, provocando “um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso”, em uma crise político-institucional que lhe “possibilitaria exigir poderes extraordinários como condição para o seu retorno ao governo” (Bandeira, 1979, p. 9).

Sua confiança na probabilidade de sucesso do plano que colocava em marcha residia na situação da sucessão presidencial, que tal qual prevista pela constituição, determinava posse imediata ao vice-presidente da República eleito, João Goulart – na ocasião, em uma “providencial” viagem diplomática à China comunista. A posição extremamente crítica de parte das Forças Armadas a possibilidade de que Jango ascendesse à presidência garantiam o mínimo de racionalidade à ousada cartada de Jânio. Como indicava Bandeira, os “militares, evidentemente, prefeririam Quadros

com poderes extraordinários a passar o governo do que Goulart, contra o qual setores da burguesia, durante anos, moveram violenta campanha” (Bandeira, 1979, p. 42).

A sua “jogada pessoal” era a chantagem: ou Jânio com poderes especiais ou Jango. A sua ação não se demonstrou totalmente infundada. Como provavelmente previsto por ele, o mesmo dispositivo que se moveu contra o governo Vargas na crise de 1954, e a posse de Kubitschek em 1955, se moveu em 1961 contra a posse de Goulart. Mas a rápida movimentação de forças populares, a serem arregimentadas por organizações de trabalhadores e forças políticas de apoio ao vice-presidente, demoveu as Forças Armadas de aderirem a aventuras que pareciam não encontrar apoio nem mesmo no Congresso, que naquela altura já buscava uma via conciliadora. A análise de Bandeira faz questão de pontuar que as forças armadas, as quais Jânio fez questão de elogiar em sua carta de renúncia, certamente não o queriam fora do governo, ainda mais pela substituição de alguém como Goulart, pelo contrário, talvez até estivessem dispostas, se apoio encontrassem, de “fazer o que ele ordenasse”, entretanto, não se encontravam motivados o suficiente para sustentar uma ditadura bonapartista sem base popular (Bandeira, 1979, p. 52). E, assim sendo, recuando da iniciativa golpista, aceitaram a proposta de conciliação arquitetada pelo Congresso. A emenda parlamentarista que retiraria o poder de governo do novo Presidente da República, fruto da manobra exitosa de pessedistas e udenistas, acabou minando as resistências dos petebistas e, com o seu apoio, foi aprovada, formando o primeiro gabinete de governo, e determinando o fracasso do golpe militar e do “plano bonapartista” perpetrado pela “jogada pessoal” de Jânio Quadros.

Analisando a crise político-militar de 1961, a ORM-PO defendeu que a situação “explicitou as contradições internas do regime, pondo à mostra, principalmente, o papel das Forças Armadas no regime burguês, ou seja, o seu caráter de instrumento das classes dominantes, agora, levado à ação antes do tempo” (Boletim interno SP, 1961, p. 2). Considerando que a posse de Goulart fora garantida tanto pela pressão popular conduzida pela luta incessante de operários e estudantes pela preservação das liberdades democráticas, auxiliada pela rede de legalidade estabelecida no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola, quanto pela dubiedade da burguesia que se dividiu entre os golpistas e a reconciliação, temerosa com a possibilidade e o desdobramento de uma ditadura militar. Neste sentido, para a Polop, o

parlamentarismo era a “forma encontrada pelas cúpulas burguesas para conter a ascensão popular, neutralizar a ação de João Goulart, contentando o grupo direitista e, ao mesmo tempo, assegurar aos grupos liberais a solução da crise dentro dos quadros do regime”. Porém, a organização apostava, ainda em 1961, que “a longo prazo, o parlamentarismo, nas condições brasileiras, inauguraria um regime instável”, que tendia a desmoralizar “ainda mais as classes dominantes, visto que a crise não alterou e, sim, aprofundou mais, os problemas da nação” (Boletim interno SP, 1961, p. 4). A crise de agosto de 1961 havia desvelado “os pés de barro do regime burguês” (As tarefas da Política Operária – tese aprovada do II Congresso da POLOP, janeiro/1963, p. 2).

O gabinete parlamentarista que nascia “da conciliação e do compromisso entre as forças políticas, era fruto do conchavo que as facções das classes dominantes lograram obter para evitar a guerra civil e o aprofundamento da luta” (BANDEIRA, 1979, p. 68). Mas, ainda para a Polop, “Jânio parecia ter sido uma das últimas possibilidades de ‘solução’ burguesa para conter o avanço revolucionário popular” (Boletim interno SP, 1961, p. 4-5). Por isso, 1961 apresentava-se como um novo marco para a crise brasileira, que já vinha experimentando uma crise econômica estrutural, acabara por desencadear, a partir de então, um colapso político. Uma disfunção institucional, que como apontou Eder Sader, induzia os trabalhadores a começarem a romper os limites do corporativismo, e a docilidade institucional da classe (Sader, 1962, p. 6).

Não se podia negar, e foi notado por praticamente todos os agentes políticos, que “a crise político-militar propiciada pela renúncia do presidente eleito havia trazido à tona o crescente amadurecimento político das massas trabalhadoras”. Como lembra, retrospectivamente, Bandeira: “Pela primeira vez a ação de operários e estudantes derrotou um movimento golpista, arrastando consigo partes do próprio exército” (Bandeira, 1979, p. 8). A posse de Jango, mesmo que sob uma “solução de compromisso”, não podia deixar de ser interpretada como uma derrota das forças golpistas, que indicavam uma reoxigenação das forças populares.

Esta vitória da resistência ao golpismo não deixou de ser assimilada, equivocadamente, por sentimentos triunfalistas, também pela Polop. Theotônio, por exemplo, ensaiando uma interpretação sobre a crise de agosto, previa o golpe de

Estado que veio em 1964, e a guerra civil e revolução social em resposta a ele, que, como sabemos, nunca veio. Também defendendo a tese de que Jânio pretendia retornar à presidência após a crise militar para reivindicar maiores poderes governamentais, o militante polopista congratulava a participação do operariado urbano, dos camponeses e do movimento estudantil, questionando “o papel das organizações de esquerda na crise”, para defender que agosto de 1961 havia demonstrado que: 1) a “faixa da conciliação” e as possibilidades de ação da burguesia progressista haviam se estreitado, o que tornava a sua adesão a maioria das forças reacionárias uma questão de tempo; 2) que “o golpismo continuava a ser uma força viva no país e reapareceria proximamente. Não só porque a solução conciliatória permitiu que os seus líderes continuassem ilesos, mas, principalmente, porque era a única solução para o caminho capitalista no Brasil”; 3) e que a “guerra civil” em resposta ao futuro golpe era “mesmo inevitável”. Iminente, como nunca, vaticinava: “Vivemos um período pré-revolucionário que tende a se apressar cada vez mais” (Júnior, 1961, p. 24-27).

3 O governo Goulart e a incontornável crise da dominação burguesa no Brasil

A organização defendeu que o parlamentarismo – instaurado às presas, e através de inúmeros arremedos legais e políticos – havia sido a saída encontrada pela burguesia para salvar a sua dominação, após temer os desdobramentos de uma possível radicalização da mobilização popular realizada contra a sua tentativa desastrada de golpe⁴. Nesse sentido, se fez complacente com as críticas e acusações dos trabalhistas e pecebistas sobre a ideia de que a implementação do parlamentarismo representava, naquele momento, apenas um “golpe branco” para impedir o avanço das reformas, e colocou-se em condição de apoio a “todas as medidas

⁴Parlamentarismo, presidencialismo: a falsa mudança. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 3. CEDEM/UNESP. Fundo Polop. Bandeira, assim resumiu a questão: “O parlamentarismo, que, objetivamente, é um sistema de governo mais democrático que o presidencialismo, nasceu, no Brasil, como reação das classes dominantes, para evitar, de um lado, a desmoralização total das autoridades militares, que desejam impedir a posse de João Goulart na Presidência da República e, do outro, que as massas, intervindo diretamente nos acontecimentos, fizessem novas conquistas sociais e políticas” (Bandeira, 1979, p. 170).

que representassem um avanço da consciência das massas e fossem capazes de levar a essa solução”. Concordava que se deviam combater as forças mais conservadoras, sempre ponderando, contudo, que não se deveria aceitar com sinceridade, em tributo à ingenuidade, as saídas apontadas pelos trabalhistas como “salvação da pátria”, a não ser que se restringisse à compreensão conceitual da “pátria burguesa”. Assim, seria pura inocência acreditar que o presidencialismo, com os trabalhistas a frente do governo, poderia provocar uma verdadeira mudança na situação incômoda dos trabalhadores, sendo pouco proveitoso para a verdadeira luta a se travar restringir-se à dicotomia plebiscitária empobrecedora de parlamentarismo ou presidencialismo. E assim concluía: “O parlamentarismo não é, em si mesmo, nem pior nem melhor do que o presidencialismo. Não é a forma do sistema político que importa, mas a classe a cujo serviço esse sistema se encontra” (Jornal Política Operária, nº 1, 1962, p. 3).

Por isso, a organização não participou da campanha do plebiscito que decidiria sobre a conservação do parlamentarismo ou da restauração do presidencialismo. Diferente do PCB, que apoiou o que caracterizava como as “forças progressistas” na luta pelo presidencialismo, a Polop se absteve criticamente da campanha. A compreensão de que o Estado brasileiro era nada mais do que a expressão político-institucional do “regime latifundiário-burguês” definia seu posicionamento sobre a campanha plebiscitária de 1963, que discutia a alteração do regime político vigente no país. Posição explicitada no artigo assinado por Pedro Xavier, na revista *Política Operária*, que se referia à “Velha Esquerda” como aquela que acabava sempre agindo enquanto “apêndice da política burguesa”, tendência novamente evidenciada na campanha plebiscitária, em que mais uma vez oferecia seus serviços, costurando a cobertura ideológica popular de parte da burguesia engajada na campanha interessada na vitória do presidencialismo.

Partindo da resposta a uma importante questão, o autor esclareceria a estratégia adotada pela organização durante a campanha: “podem os revolucionários aproveitar-se da vaga reformista da burguesia? Sim, naturalmente”, mas, para tanto, necessitaria de uma política de classe autônoma. Era justamente através da negação em preparar o “proletariado para as suas próprias reivindicações históricas”, se desvencilhando do árduo trabalho de “desmascaramento do caráter mistificador das bandeiras burguesas” que, na prática, os reformistas contribuíam para a “circulação

das ideias burguesas no meio operário”, impedindo “o desenvolvimento do proletariado como força política própria” (Xavier, 1963, p. 13).

E sua inexistência como força política própria é que permite sempre à burguesia abandonar seu incômodo parceiro, assim que necessário. [...] Desta forma, quando os reformistas, devido à fraqueza política atual do operariado e à possibilidade de se aproveitar das necessidades reformistas da burguesia, apoiam os plenos burgueses, permitem que esses planos ganhem as massas, mobilizam as massas para eles, entregam a liderança do processo à “fração progressista” da burguesia, eles justamente deixam de aproveitar essa onda reformista para o proletariado (Xavier, 1963, p. 13).

Ao aceitar a liderança da burguesia, aceitava-se “antecipadamente os limites burgueses das reformas” (Xavier, 1963, p. 13), prejudicando a formação da vanguarda e do programa revolucionário a ser forjado pela dinâmica das lutas concretas a se desenvolver nas condições sociais existentes. Para a ORM-PO, a volta do presidencialismo não se tratava de uma campanha contundente contra o imperialismo como afirmavam os reformistas, mas a premissa necessária para a efetivação de um plano reformista que buscava salvar a burguesia e o capitalismo brasileiro em declínio, e barrar a participação das massas no processo histórico aberto por esta crise, através do reforço do poder central, impedindo, principalmente, que tais reformas não evoluíssem para uma intervenção revolucionária.

Denunciar este cenário foi a tarefa assumida pela Polop, pois somente através desta luta político-ideológica podia se dar os primeiros passos para a organização autônoma da classe, construindo, assim, o caminho para o socialismo. Visto que o apoio da “esquerda” ao “fortalecimento do centro burguês, sem qualquer possibilidade de participação ou controle do poder, significava entregar docilmente às classes dominantes o instrumento necessário para sua estabilização no poder” (Xavier, 1963, p. 13).

Para a Polop, a luta em torno do plebiscito era fruto das contradições da burguesia brasileira, que liderada por suas facções políticas, envoltas em seu conflito interno, impunha a questão referente a reinstitucionalização do regime. Como esta questão não guardava grande interesse ao proletariado, não cabia nem sequer a disputa operária pela liderança da luta em favor da instauração do presidencialismo ou da permanência do parlamentarismo. A vitória plebiscitária de qualquer que fosse o modelo de regime político a ser instaurado não seria necessariamente uma vitória

popular, defendia a ORM-PO antes do resultado, tendo retomado a tese depois da realização do plebiscito, pois – segundo a organização, agora atestada pela própria história –, a campanha não havia conseguido agitar as massas, “que permaneceram indiferentes ante uma cartada que, bem o sabiam, não lhes dizia absolutamente respeito” (Revista Política Operária, nº 5, 1963, p. 5).

Aqui, não se pode deixar de notar que o desejo suplantara a razão, lançando análises turvas sobre a realidade concreta. A campanha em torno do plebiscito moveu amplos setores da sociedade brasileira entre setembro de 1962 a janeiro de 1963. Com debates públicos na rádio, na imprensa e no parlamento, envolvendo as teses contrárias de defesa das duas posições em questão, protestos variados, “e até escaramuças golpistas de elementos descontentes com a antecipação do plebiscito, que, no entanto, não surtiram o efeito desejado”, o *referendum* conseguiu mobilizar as bases sindicais, que promoveram comícios e variadas atividades em defesa do presidencialismo (Cf. Melo, 2009, p. 5).

Contudo, o mais relevante da análise política da Polop, era de que a crise do parlamentarismo representava mais do que a crise de um regime de governo, se tratava da crise da própria dominação de classe. Por isso, praticamente toda burguesia assumiu a defesa da volta do presidencialismo, reunindo-se, mais uma vez, em torno de uma “solução bonapartista”. Assim, a ORM-PO apreciava o resultado do plebiscito: “Presa nos termos dessa contradição, a saída encontrada pela burguesia foi manter-se no terreno do bonapartismo institucional, representado pelo sistema presidencialista” (Revista Política Operária, nº 5, 1963, p. 5).

Contra um regime parlamentar que facilita a representação dos múltiplos interesses que dividem as classes dominantes, a burguesia industrial propõe a instauração de um poder pessoal presidencialista ou ditatorial – que lhe permita avançar o capitalismo brasileiro, através das indispensáveis reformas estruturais (Revista Política Operária, nº 4, 1962).

Para a Polop, a crise do capitalismo brasileiro encontrava-se instaurada desde o início da década, agravando-se a cada novo fracasso das políticas de ajustes burgueses, como nas aventuras do governo Quadros e do parlamentarismo. Partindo da premissa de que a burguesia não podia mais ceder, tornando-se evidente de que “prepara-se para dar o sinal de partida a uma política econômica francamente antipopular, na medida em que restringirá o já exíguo padrão de consumo das

massas”, a Polop defendia que a burguesia buscava sua nova saída à crise, reinvestindo suas últimas fichas no estabelecimento de um governo “forte e centralizado”. Tal era “o sentido da manobra presidencialista, levada a efeito pelo Sr. João Goulart”, que havia utilizado a campanha vitoriosa do plebiscito para reenergizar sua base reformista (*Revista Política Operária*, nº 6, 1963, p. 35).

Obtendo uma trégua política, o governo havia buscado estabelecer medidas de autorreforço – como a volta do presidencialismo – para “dar os últimos retoques ao plano de ação da burguesia” (*Boletim* nº 3, abril de 1963, p. 1). Acreditando que os trabalhadores teriam que conviver cada vez mais com a carestia de vida, o êxodo rural e o desemprego maciço nas cidades, situações a serem agravadas com os próximos passos governamentais, a Polop não nutriu ilusões sobre a agenda econômica do novo governo a ser definida pelo Plano Trienal: “Planejamento econômico, estabilização monetária, reformulação do compromisso com o imperialismo – tais são os pilares da política burguesa após o plebiscito” (*Revista Política Operária*, nº 6, 1963, p. 37). Desta forma, como outras organizações à época, a Polop fez um julgamento severo do plano de estabilização proposto pelo governo federal que, derrotado pelas resistências a seu objetivo de contenção salarial, foi afundado pelo mar dessas críticas.

Dissecando o cadáver, Marini defendia que o seu fracasso não havia se dado pelo fato de o governo ter respeitado os desejos da massa que demonstrou insatisfação com o plano – como havia afirmado o líder pecebista, Luiz Carlos Prestes, em discurso no Recife – mas, porque, pressionada pelos seus aliados (o imperialismo e o latifúndio), a burguesia brasileira já não podia mais negociar as concessões ao proletariado necessárias para o êxito do plano (Marini, 1963, p. 5). Com o aprofundamento da crise prejudicando as condições institucionais para a realização das reformas burguesas que previa, o Plano Trienal havia se tornado inviável, já que tal aliança só seria possível se a burguesia oferecesse ganhos materiais e simbólicos (como sinais concretos sobre as reformas estruturais, em especial a agrária) de curto prazo ao proletariado. Contudo, a crise brasileira se aprofundava e a burguesia não se encontrava mais em condições de conceder, não lhe interessando mais tal aliança. O seu ímpeto reformista havia se extinguido. Por sua vez, as condições de avanço da consciência da classe oprimida no país amedrontavam a burguesia, que temia pela sua própria existência.

Nestas circunstâncias, como se atreveria a burguesia a isolar-se de seus aliados tradicionais, de quem a separem choques de interesses, mas aos quais se liga pelo compromisso comum no sistema de exploração vigente no país? E, sobretudo, para garantir-se o apoio das massas, teria de oferecer-lhes, não simplesmente algumas vantagens econômicas, mas ataques ao regime da propriedade privada latifundiária, suscetíveis de serem usados amanhã como precedente para sua própria liquidação? (Marini, 1963, p. 8).

Movidas pelas forças populares, as reformas de base começavam a entrar na ordem do dia. A Frente de Mobilização Popular (FMP) – que unia o PCB, Arraes, brizolistas e trabalhistas mais radicais – acreditava que o Congresso, devido ao seu conservadorismo, não possuía vontade de fazer as reformas necessárias ao país e, sendo assim, apostavam na mobilização política extraparlamentar (greves, manifestações públicas, paralisações etc.) como estratégia para pressionar os legisladores, ou mesmo legitimar uma reforma constitucional que viabilizasse o quanto antes as reformas. Em oposição à FMP, agentes do governo federal, sob liderança do ministro San Tiago Dantas, lançaram uma Frente Progressista que buscava reunir as forças de centro-esquerda (intituladas por Dantas de “esquerda positiva”) para fazer frente ao avanço liberal-conservador que começava a conspirar a olhos vivos contra o presidente, e afastar o governo das forças esquerdistas consideradas radicais (caracterizadas de “esquerda negativa”). Contribuindo para que Goulart pudesse realizar as reformas pelas vias políticas restritas aos preceitos legais da época, a nova frente propôs um programa mínimo.

A relação entre as duas frentes reformistas foi amistosa até fevereiro de 1964, quando a FMP abandonou o tom moderado e, finalmente, repudiou a proposta de Dantas. A Polop, por sua vez, firmara uma imediata posição contrária, definindo a adesão a um “programa mínimo” e formação de uma “frente de apoio às reformas de base”, como uma estratégia da burguesia para dividir a esquerda revolucionária, conter o movimento de massas e promover a colaboração de classe. Pois, como identificava a Polop: “Tal como se encontra, o programa mínimo integra muitas das antigas reivindicações das forças populares. Se o Sr. João Goulart pretende aplicá-las, não necessita, portanto, de nenhum compromisso prévio de apoio, por parte dessas forças”. O que deixava claro que o apoio a tal programa seria oferecido mesmo sem aliança prévia nenhuma, sendo tal frente, então, apenas mais uma forma de

impedir que as massas demandassem mais do que a burguesia estava disposta a ceder (Peres, 1964, p. 8).

Para a Polop, a burguesia buscava por meio do seu “braço esquerdo”, tomar a direção das reformas, para executá-las sem o conteúdo popular que interessava ao proletariado. Como afirmava um artigo em defesa de uma Frente de Esquerda que promovesse uma unidade revolucionária, “a burguesia procurava encampar a luta pelas reformas, moldando-as aos seus interesses, [...] manifestando profundo desprezo pelos interesses proletários mais vitais” (Cayo, 1963, p. 60). A organização não chegava a discordar do programa de reformas de base, mas não acreditava que tais reformas pudessem ser executadas pelo novo governo burguês liderado por Goulart.

A burguesia nacional quer a reforma agrária, reformando o artigo 141 da Constituição, que só permite a desapropriação mediante pagamento prévio e em dinheiro. Quando, porém, os setores ligados ao latifúndio, que também não se declaram, francamente, contra a reforma agrária, esperneiam, os outros recuam, contemporizam e protela-se a medida (Bandeira, 1979, p. 169).

Para a Polop, a crise econômica do capitalismo brasileiro se agravava ao fracasso de cada novo plano de estabilização ou tática de aprovação do programa de reformas, tornando a instauração de uma ditadura cada vez mais necessária para a burguesia, pois, para voltar às condições de crescimento econômico experimentadas anteriormente seria necessário restaurar as condições anteriores da acumulação capitalista, o que só seria possível se fosse revertida a relação de força a favor do capital (Jornal Política Operária, nº 8, 1964, p. 4). Os caminhos para isso certamente eram variados, mas se estreitavam a poucas opções a cada novo fracasso.

Apostando que a crise do capitalismo brasileiro se aprofundaria, a Polop já contava com o atestado de óbito do governo reformista. Em texto destinado a explicar “Por que fracassaria um ministério de centro-esquerda?”, Theotônio relembra que não era a primeira vez na história que a burguesia entregava “o poder aos reformistas em condições de crise [...], confiando na sua habilidade de conter as massas e jogando sobre suas costas o mais pesado ônus da crise” (Júnior, 1964, p. 6). A história já havia assistido ao fracasso da social-democracia alemã no período entreguerras, que resultou na ascensão do nazismo, e ao fracasso do Partido Trabalhista inglês pós-1945.

Por isso, ao apostar no prolongamento da crise, a Polop antevia o inevitável aumento da insatisfação popular, que tanto poderia acelerar o processo de formação da vanguarda revolucionária, tornando possível a preparação de uma direção política mais consciente de seu verdadeiro papel para com a classe trabalhadora, quanto poderia deixar os trabalhadores à mercê do estabelecimento de uma ditadura do capital, pois, esgotada a fase de expansão capitalista e a política de aliança do governo Goulart, uma tática que conduzisse as forças de esquerda a reboque do governo significaria arcar com os prejuízos desastrosos de seu fracasso iminente. “Um fracasso da esquerda perante esta tarefa deixará as massas desorientadas e descontentes, à mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista” (Declaração política da II Conferência extraordinária. Julho de 1963, p. 2), alertava a organização.

É inevitável, pois, que a decepção que o governo está causando, e que deverá agravar-se ainda muito mais, venha a refletir-se diretamente sobre a esquerda. Se, amanhã, esse povo traído e explorado vier a se passar para qualquer Lacerda que lhe apareça com uma pretensa fórmula de salvação nacional, sobre quem recairá a responsabilidade, senão sobre a esquerda? (Marini, 1963, p. 9).

A burguesia brasileira necessitava das reformas estruturais que destravariam as alavancas do desenvolvimento, porém, não possuía as condições políticas para tal, e, assim, o governo se desgastaria, consumindo até a última gota de seu capital político. Restava à classe trabalhadora, organizada e consciente de seus interesses e papel histórico, a realização de tal programa sob uma perspectiva política socialista.

Sendo as “reformas de base” uma necessidade geral do sistema, uma classe que se propõe à tomada do poder não pode, em hipótese alguma, abster-se de participar de sua solução. O que se deve discutir, portanto, não é o aproveitamento ou não das necessidades reformistas da burguesia, mas sim a forma desse aproveitamento. Enquanto os reformistas do campo operário propõem um apoio aos planos de reforma da burguesia, os revolucionários mostram a necessidade da elaboração de um programa operário socialista de transformações sociais (Xavier, 1963, p. 13).

Para a Polop, a execução do decreto elaborado pela Supra, que previa desapropriação de 10 km de todas as terras localizadas à margem de rodovias federais, troncos ferroviários e açudes, e que, portanto, interessava à reforma agrária, deveria ser realizada pela luta dos camponeses, já que o governo continuava a vacilar. E sem encantar-se pela fisionomia e pela carga retórica da Política Externa Independente mantida pelos gabinetes da fase parlamentarista e pelo novo governo

Jango, conservava a sua leitura crítica, aguçando as suas lentes para a percepção de que, cada uma dessas aspirações legitimamente populares era utilizada “pela burguesia em proveito próprio, procurando ela induzir as massas a queimar os dedos para retirar do fogo as castanhas que completarão o seu banquete” (Política Operária, nº 1, p. 3).

Sem alimentar ilusões sobre os princípios democráticos da burguesia brasileira e sobre a capacidade política do governo reformista de Jango para comandar as reformas estruturais, essenciais para destravar o desenvolvimento nacional, para a Polop, como já visto anteriormente, a crise do capitalismo brasileiro não encontraria solução nos marcos estabelecidos pela ação da burguesia. A sua superação dependia das reformas de base, que, apesar de defendidas por praticamente todos os setores da classe dominante, e encapada pelo governo federal como sua última saída, não teria efetivação sob direção da “burguesia nacional”, que não podendo romper sua aliança de classe com o imperialismo e o latifúndio, se perdia na negociação infrutífera, e se prostrava no imobilismo. Restava, assim, para a classe trabalhadora organizada, a tarefa de realizar o que a debilidade da burguesia não lhe permitia. Por isso, como tática de resistência para impedir o golpe, a Polop propunha se desfazer da política reboquista liderada pelos reformistas, que atrelavam a sorte do país à sorte do governo Goulart – este, definitivamente destinado ao fracasso –, reorientando a luta para a instauração de um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo, que impedindo a escalada golpista da burguesia, realizaria as reformas necessárias para soluções dos problemas nacionais através de uma resistência popular.

Considerações finais

Com a inesperada renúncia de Jânio Quadros expondo os “pés de barro do regime burguês” no território nacional, para a Polop, a possibilidade de uma revolução socialista no Brasil parecia madura desde o início da década de 1960. Fragilizada diante do aguçamento da crise socioeconômica, a burguesia brasileira parecia apostar as suas últimas energias no governo reformista de João Goulart. Compreendendo que essa experiência trabalhista não possuía condições de êxito e que o seu fracasso abriria as portas para a ascensão do “fascismo” e a possibilidade de uma ditadura

burguesa, diferente do PCB, a Polop recusou-se a dar o seu apoio ao presidente Jango. Mantendo-se na oposição, insistiu na necessidade de construção de uma resistência popular ao previsto golpe de Estado. Como força política minoritária, seu intento, porém, obteve pouco respaldo social. Tendo sido profundamente impactada pela derrota de abril de 1964, a ORM-PO se envolveu em uma intensa crise interna, que atingiu o seu apogeu na realização do seu IV congresso nacional, em 1967, momento em que a organização cedeu às novas condições impostas pela ditadura e acabou “rachando”, dando fim a primeira etapa de sua experiência revolucionária.

Bibliografia

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campina: Edunicamp, 2002.

MELO, Demian Bezerra. *O plebiscito de 1963: inflexão de formas na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.

NOBERTO, Lineker. *Nova Senda Socialista: a história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2021.

Fontes

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed. São Paulo: editora brasiliense, 1979.

CAYO, Luís. Aliança com a burguesia ou unidade revolucionária? *Revista Política Operária*, nº 6, 1963. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

JÚNIOR, Theotônio. A crise de agosto: ensaio de interpretação. *Revista Brasiliense*, n. 38, Nov./dez. 1961.

JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. *Revista Política Operária*, nº 7, outubro, 1963, p. 5. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

PERES, Sargento Márcio. As lutas de classe e as forças armadas. *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

SADER, Eder Simão. Proletariado e desenvolvimento econômico. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. *Revista Brasiliense*, n. 36, bimestral, jul-ago., 1961.

XAVIER, J. Pedro. O plebiscito: um 'Não' às Esquerdas. *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

Resolução política do V Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCB). 09/1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

Desenvolvimento independente. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 26 de fevereiro a 03 de março de 1960, nº 53.

O que é Política Operária, novembro de 1963. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

Boletim nº 1, março de 1961. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

Boletim interno SP, 09/61. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

Boletim nº 3, abril de 1961. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP – janeiro/1963). CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

Declaração política da II Conferência extraordinária. 07.63. CEDEM/UNESP. Fundo Polop.

Recebido em: outubro de 2023

Aceito em: dezembro de 2023

COMO REFERENCIAR

SILVA, Lineker Oliveira Noberto da. A crise da dominação burguesa no Brasil: como a Polop interpretou os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 2, p. 1-25, 2023.